

Reforma DO Judiciário

Boletim da Secretaria de Reforma do Judiciário - Ano IV - Nº 21 - junho de 2007

Notas

Câmara aprova projetos do MJ que agilizam processos penais

O plenário da Câmara aprovou no último dia 17 de maio, dois projetos de lei apresentados pelo Ministério da Justiça que modificam o Código de Processo Penal com o objetivo de agilizar a conclusão dos processos, diminuindo a tendência de impunidade. O primeiro (PL 4205/01) garante às partes envolvidas acesso ao processo e agiliza as provas periciais. O outro projeto (PL 4207/01) simplifica procedimentos previstos no Código de Processo Penal (CPP), como possibilitar aos advogados de defesa e ao Ministério Público, fazer perguntas diretas às testemunhas. Hoje, as indagações só podem ser feitas pelo juiz. Os projetos seguiram para aprovação no Senado.

SRJ discute formas de melhorar a Execução Fiscal

Na última quinta-feira (31/05), a Secretaria de Reforma do Judiciário promoveu um debate sobre o Diagnóstico da Execução Fiscal, estudo que está sendo elaborado pelo Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ). A pesquisa, em fase de finalização, deverá apresentar um quadro atualizado da execução fiscal, com análises sobre os valores gastos pelo poder público para promover a cobrança da dívida ativa, ao mesmo tempo em que aponta o impacto das ações de execução fiscal no volume total da demanda recebida pela Justiça. Também foram discutidas propostas para a melhoria do sistema de execução fiscal como a penhora e a execução administrativa, a estruturação e a melhoria da gestão das procuradorias, a interligação das bases de dados públicas e a reforma da legislação federal sobre o tema.

EXPEDIENTE

Boletim informativo da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça

Espanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, 3º andar, sala 324, Brasília, DF. CEP: 70064-900
Telefone: 61 3429.9118
Email: reformadojudiciario@mj.gov.br
Internet: www.mj.gov.br/reforma

Favreto elege acesso à Justiça como prioridade da SRJ

Uma das metas do secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto, é tornar a Justiça mais acessível aos cidadãos mais carentes. À frente do órgão há dois meses, Favreto avisou que, para colocar a idéia em prática, está trabalhando em quatro ações prioritárias: Conscientização dos direitos pelos cidadãos; fortalecimento das defensorias públicas (dos Estados e da União); Aproximação efetiva do cidadão com a justiça e a Implementação de meios alternativos para resolução de conflitos.

“Existe uma avaliação geral de que o Judiciário está abarrotado de processos, mas o cidadão carente ainda não tem o acesso desejado à Justiça”, disse o secretário. “Ele ainda vê a Justiça um pouco distante. Não tem informação sobre seus direitos”.

Segundo Favreto, o acesso à justiça não significa que o Judiciário deverá responder a mais processos. “Precisamos diminuir a morosidade e ampliar o acesso, sem abarrotar o Judiciário de novas ações. O cidadão que conhece os seus direitos e como

resolver os conflitos pode procurar meios alternativos disponíveis para solucionar problemas que geralmente são deixados de lado por desconhecimento ou pela imagem de ineficiência da justiça brasileira”, completou.

De acordo com o secretário, as reformas articuladas pelo governo Lula no setor estão no caminho certo. “Aprovamos a reforma constitucional do Poder Judiciário e várias alterações do processo civil e trabalhamos para aprovar os projetos de lei dos processos trabalhista e penal que conferem mais racionalidade na prestação jurisdicional”, concluiu.

Conheça um pouco mais sobre o secretário

Favreto começou sua carreira como assessor jurídico da Câmara Municipal de Porto Alegre. Procurador de carreira do município de Porto Alegre (1997-2004), exerceu o cargo de procurador-geral. Assumiu a secretaria no início de abril deste ano, a convite do ministro Tarso Genro. Desde 2005, Rogério Favreto trabalha no Governo Federal onde atuou como consultor jurídico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e na Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Antes de assumir a Secretaria de Reforma do Judiciário, Favreto trabalhava na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Natural de Tapejara (RS) em 1966. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo/RS em 1989 e fez pós-graduação em Direito Político na Unisinos/RS e mestrando em Instituições de Direito de Estado pela PUC/RS.

Legislação

Projetos da reforma trabalhista seguem para sanção presidencial

Dois projetos da reforma processual trabalhista apresentados pelo Governo Federal seguiram para sanção presidencial no dia 30 de maio. O primeiro deles (PLC 80/06) que exige o depósito prévio de 20% do valor da causa para as partes ingressarem com ação rescisória,

medida utilizada para reabrir a discussão quando a sentença foi feita com base em erro grave. O segundo (PLC 66/2006) extingue a possibilidade de interposição de recurso em duplicidade junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Brasil terá seu Observatório da Justiça

O Ministério da Justiça, o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e o laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ) assinaram, no dia 6 de junho, acordo para a produção de estudos sobre a viabilidade de implementação do Observatório da Justiça Brasileira.

O coordenador do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ), professor Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, esteve em Brasília para trocar experiência sobre o assunto. Criado no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 1996, o observatório tem como objetivo acompanhar e analisar o desempenho dos tribunais e de outras instituições e atividades com eles relacionados. O Observatório também é responsável por avaliar reformas introduzidas, sugerir novas reformas e fazer estudos comparados, fora e dentro da União Européia.

No Brasil, o Observatório terá como objetivos acompanhar e analisar o desempenho das instituições que integram a Justiça brasileira e suas atividades jurisdicionais, as recentes reformas aprovadas, bem como sugerir novas formas e instrumentos de gestão judiciária, prestação jurisdicional e sistemas alternativos de resolução dos conflitos.

Núcleos de mediação começam a funcionar no Pan

A Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estão trabalhando para implantar 18 Núcleos de Mediação em Segurança Cidadã na cidade do Rio de Janeiro.

A idéia é que até os Jogos Pan-Americanos cinco desses Núcleos estejam em funcionamento na região do circuito dos Jogos. A Senasp pretende, também, instalar Núcleos provisórios em regiões de grande movimentação como Autódromo, Maracanã, Vila Pan-Americana e Engenheiro. Nesses locais funcionarão espaços de mediação, suporte de delegacia e juizados especiais de conciliação.

Premio Innovare 2007 identificará projetos na área de segurança pública

A quarta edição do Prêmio Innovare: A Justiça do Século XXI será temática, pela primeira vez, e os participantes deverão apresentar projetos sobre Pacificação Social e Segurança Pública. O lançamento nacional do Prêmio aconteceu em abril no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro com a presença do ministro da Justiça, Tarso Genro. Na oportunidade, o ministro ressaltou que a iniciativa é um dos elementos vitais na construção da democracia e da República porque aponta diretamente para grandes questões que afirmam a cidadania.

“O tema deste ano deve diminuir um dos grandes déficits sociais e da nossa cidadania, que é a distância entre o Estado e o cidadão comum. É necessário dissolver estas barreiras que separam cidadão comum do seu Estado, facilitando o

acesso à Justiça”, defendeu.

Desde junho, a comissão organizadora fez lançamentos regionais do Innovare no Tribunal de Justiça (TJ) do Espírito Santo, no TJ de Mato Grosso e no TJ de Minas Gerais.

Criado em 2004, o prêmio tem como objetivo identificar e difundir práticas pioneiras e bem sucedidas que contribuam para a modernização e otimização dos serviços prestados pela Justiça brasileira. Serão premiados projetos nas categorias juiz individual, juizado especial, tribunal, ministério público e defensoria pública.

O Innovare é organizado pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), pela Associação Nacional do Ministério Público (CONAMP), pela Associação Nacional dos Membros da Defensoria Pública (ANADEP), pela Associação dos Juizes Federais (Ajufe). A iniciativa conta com o apoio da Companhia Vale do Rio Doce.



[clique aqui para acessar a página do prêmio](#)

Seminário subsidia política nacional de acesso à justiça

No último dia 6 de junho, representantes dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, instituições de ensino e pesquisa, entidades representativas das carreiras jurídicas e sociedade civil discutiram a Democratização do Acesso à Justiça em seminário promovido pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

Com o seminário, a SRJ teve como objetivo ampliar a discussão sobre o tema e que o debate oriente a elaboração do Plano Nacional de Democratização e Acesso à Justiça, prioridade estabelecida pela secretaria. O evento contou com a exposição do experiente professor Boaventura de Sousa Santos da Universidade de Coimbra

de Portugal. Participaram como debatedores a juíza Gláucia Falsarella Foley do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o professor Gilberto Bercovici da Universidade de São Paulo e Roberto Amaral, ex-ministro de Ciência e Tecnologia

O seminário abordou as quatro diretrizes prioritárias da SRJ: cidadania – informação e conscientização dos direitos; assistência jurídica integral e gratuita com o fortalecimento das defensorias públicas; justiça comunitária – aproveitamento e institucionalização de experiências bem sucedidas e meios alternativos para resolução de conflitos - incentivar e articular esses meios a fim de evitar a judicialização de conflitos sociais.

O evento aconteceu no auditório do Ministério em Brasília.